



## TEMA DE CAPA

João Duque

# «Seremos inevitavelmente cada vez menos a pagar para cada vez mais»

● O montante da despesa pública continua muito elevado e a natalidade está em regressão acelerada: eis uma mistura explosiva que ameaça o futuro do nosso Estado Social. Em entrevista ao DIA15, João Duque adverte: Portugal precisa de atrair muita gente jovem, disposta a ter filhos. Para que todos possam «financiar a segurança social através dos impostos».

≡ Pedro Correia  
≡ Rafael G. Antunes

## Ainda vivemos na política fiscal do ajustamento?

A política fiscal deste Governo é um bocado estranha para um Governo de esquerda.

### Estranha porque?

É uma política fiscal orientada para os impostos indirectos e não para os directos, privilegiando a tributação do consumo. Para algum tipo de consumo, de facto, os impostos indirectos são cegos: não é pelo facto de eu ser mais rico que como mais pão do que um pobre. Provavelmente consumirei pão mais caro, mas isso nunca é proporcional aos meus rendimentos, seis ou sete vezes superiores aos de uma pessoa com um rendimento muito baixo – no cabaz básico, o meu tipo de consumo não é muito diferente do dessa pessoa. Aí estamos perante um caso de injustiça. Porque, ao contrário do que sucede nos impostos

sobre o trabalho, não existe aqui uma proporcionalidade agravada: os impostos sobre o consumo são socialmente mais injustos.

## A política de devolução de rendimentos não contribuiu objectivamente para as pessoas viverem hoje de forma mais folgada?

É evidente que as pessoas têm hoje mais rendimento e consomem mais. Mas parte deste dispêndio é em consumo que se materializa em fonte de rendimento para o Estado em imposto. O imposto sobre o consumo de combustíveis, por exemplo, é muito penalizante para a classe média-baixa, que vive usualmente fora das grandes cidades e faz deslocamentos demorados e dispendiosos por necessidade, gastando em combustíveis uma parte significativa do seu rendimento.

O IRS é um imposto que muitas vezes se tolera de forma crescentemente agravada porque muitas vezes o rendimento sobre o trabalho está associado



● «Bloco de Esquerda e PCP renderam-se à disciplina de Mário Centeno, que é a disciplina da União Europeia.»

a condições inatas: eu não fiz nada para ser mais inteligente que outros e se essa capacidade me leva a desenvolver tarefas mais qualificadas, aí a tributação pode ser agravada e eu tonderei a aceitá-la – precisamente porque é uma dádiva. É o caso do Cristiano Ronaldo, por exemplo, que tem um dom superior aos restantes jogadores.

### Temos impostos em excesso?

Sim, estamos sempre a pagar. As taxas e os impostos, em geral, são muito elevados. Mas também é verdade que temos um peso muito grande de rendimentos que dependem da administração pública – e, portanto, dos impostos que pagamos. Os funcionários públicos são muitos e as pensões de reforma e

aposentação são cada vez mais elevadas. E isto vai agravar-se.

### Seremos cada vez menos a pagar para cada vez mais?

Inevitavelmente. A última projecção do Instituto Nacional de Estatística é impressionante pela quantidade de portugueses que se perderão, nas próximas décadas, na faixa da população activa. Em 2060 a idade mais comum

em Portugal, se dividirmos os portugueses por anos, será de 83 anos! Se quisermos manter em 2060 o número actual de postos de trabalho, seria preciso que todas as pessoas dos 18 aos 65 anos estivessem então a trabalhar – e mesmo assim faltaríamos cerca de 500 mil. Conclusão: nós vamos ficar mesmo velhos! Aliás a sensação de velhice em Portugal é notória quando saímos do

**«Com o sarilho populacional que temos, só há uma hipótese imediata: aqueles que estão a trabalhar devem ser muito mais produtivos. Para isso há que seguir as melhores práticas»**

## TEMA DE CAPA



País. Em Angola, por exemplo, é impossível darmos uma volta de 360 graus na rua sem vermos um miúdo. Aqui passamos dias inteiros sem avistar uma criança. Não se vêem miúdos na rua. As crianças são hoje tão escassas que os pais, quando as têm, fazem tudo para guardá-las em casa...

#### É um problema sem solução?

É difícil fazer alguma coisa para solucionar a curto ou médio prazo este problema, cavado nos últimos 20 anos. Mas é possível alterar as coisas se atrairmos para Portugal muitos jovens casais que tragam filhos de três, quatro, cinco anos ou venham para cá ter filhos. Esses jovens fazem muita falta, em grande quantidade. Os portugueses que cá estão têm de perceber que

estas pessoas devem ser cada vez mais bem acolhidas. No fundo, estamos a "importar" portugueses que irão contribuir para financiar a segurança social através dos impostos. Não basta fazer reformas na administração pública e reestruturar serviços: é preciso cuidar da questão demográfica, cada vez mais vital. De resto, os próximos governos vão ser ganhos nestas duas vertentes: pensões de reforma e saúde.

#### Porquê?

Porque, com a crescente deslocação dos portugueses para uma idade superior, a maior parte dos eleitores num futuro próximo terá mais de 50 anos. São as pessoas que precisam de mais cuidados de saúde e também as

pessoas que mais votam. Os jovens até podem estar no poder, mas se quiserem manter-se no poder terão de fazer medidas para velhos.

#### Então não há condições objectivas para diminuir a carga fiscal em Portugal?

É difícil, mas pelo menos deve-se estancar o crescimento da despesa, por um lado, e, por outro lado, deve haver reformas que tornem a administração pública mais eficiente. Só assim conseguiremos baixar um pouco a carga fiscal.

#### Que reformas?

Há áreas que podemos desconsiderar, por não haver espaço nem dinheiro para tudo: é preciso reorganizar, é preciso reestruturar. As pessoas precisam de perceber que tudo tem custos. Se vivermos numa cidade grande, isso tem benefícios mas também tem custos. Nas deslocações muito demoradas, por exemplo. Ou no facto de vivermos em atmosfera poluída. Nós devíamos discutir tudo isto, incentivando os políticos a apresentarem programas de governo detalhados.

#### Isso não tem acontecido?

Não. Os programas políticos consistem sempre no mesmo: direito à habitação, direito à saúde... Nada muda. Porque não haverá alguém a anunciar que pretende instituir quatro ou cinco centros de excelência no País, nas áreas médicas, nas ciências do conhecimento? É conhecida a excelência dos hospitais de Coimbra na área da visão, ou do coração, e as pessoas vão lá – de todos os locais do País. O que não pode é haver centros oftalmológicos e cardiológicos bons em todo o lado.

As pessoas teriam de se deslocar lá, sim. Foi também para isso que fizemos as auto-estradas. Esta seria uma forma de reestruturar serviços, com ganhos de eficiência e qualidade.

#### Dê-me outro exemplo de reforma que urge na administração pública.

A saúde devia reestruturar seriamente os seus serviços. Isso tem sido feito, mas com avanços e recuos. Ao nível da gestão de unidade, por exemplo. Essas decisões devem ser tomadas

com base em dados credíveis. Porque não se conseguem tomar boas decisões quando nem sequer existe informação. Precisamos de saber o que as pessoas querem do Serviço Nacional de Saúde. E começar a estruturá-lo de uma forma muito rigorosa, gerindo o modo como as pessoas acedem aos vários patamares dos serviços. Tudo muito apoiado nas novas tecnologias – o que começa a ser feito – para evitar congestionamentos. E é fundamental haver coragem política. Para dizer, por exemplo, que não deve haver três hospitais na zona abrangida por Tomar, Torres Novas e Abrantes.

Há também a questão da justiça: admito até que alguns tribunais entretanto encerrados possam reabrir, mas essas são decisões de gestão, não deve haver tribunais abertos

só porque existem lóbis do partido a exigir que isso aconteça mesmo sem nada que o justifique. Hoje existe o recurso a videoconferências. E qual é o problema se eu tiver de ir a Santarém, por exemplo? Acho muito bem que se desenvolvessem tribunais de especialidades e que esses tribunais existam fora de Lisboa.



## «O IMT é o imposto mais estúpido em Portugal»

Se fosse ministro das Finanças, João Duque daria prioridade total à abolição do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Tão absurdo, na sua perspectiva, como era a sisa, extinta em 2003.

#### Como avalia a prestação do ministro das Finanças, que agora é também presidente do Eurogrupo? Mário Centeno surpreendeu-o?

Surpreendeu-me. Não estava à espera que o ministro das Finanças revelasse a capacidade de ter duas caras. Conseguiu fazer algo que eu imaginava não ser possível: manter mão férrea sobre o controlo da despesa, mesmo tratando muito mal os portugueses em termos de investimentos na saúde, ao ponto de os ministros desta pasta claudicarem. Ainda por cima com o apoio do Bloco de Esquerda e do PCP: estes partidos renderam-se à disciplina de Mário Centeno, que é a disciplina da União Europeia.

Aqueles que gostam de tomar atitudes mais ousadas, arma-

dos em fanfarrões, são chamados a Bruxelas e a Frankfurt: chegam lá dentro e há quem lhes abra a porta e lhes mostre o quarto escuro. Vêm de lá mudados. Aconteceu com a Grécia, aconteceu com a Itália...

Centeno começou por dizer, no primeiro Orçamento do Estado que apresentou, em 2016, que era impossível termos um saldo orçamental inferior a 2,6%. A Europa dizia-lhe: são 2,5%. Ele foi lá, e pôs aquilo a 2,5%: devem ter-lhe aberto só uma nesga da porta, sem lhe mostrarem o quarto escuro inteiro.

Depois, quando obteve um resultado de execução orçamental muito inferior a 2,5%, ficou todo contente. Mostrando assim que não tinha nenhuma razão antes.

DIA 15

16-01-2019

Periodicidade: Mensal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 20000

Temática: Política

Dimensão: 4564 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 14 a 17

16 | DIA15 | 15 Janeiro 2019 • 15 Fevereiro 2019

## TEMA DE CAPA

**Mas isso implica custos. Têm sido batidos recordes de quebra de investimento público em Portugal.**

Não há memória de uma execução de investimento público tão baixa. Centeno consegue fazer isso mantendo alegres os parceiros de coligação. Normalmente, quando se poupa em excesso no investimento a curto prazo, as consequências não se detectam de imediato. Mas depois há consequências. Numa casa, a pessoa pode ter uma telha partida. Se mudar logo a telha, o custo é irrelevante. Mas se não mudar, acontece mais tarde uma infiltração, o que implica um gasto brutal. Estas coisas têm sempre consequências futuras.

**O que fazer?**

Podíamos abdicar do investimento público em certas áreas. Por exemplo, na reabilitação do património, deixando isso aos privados. Mas sem património recuperado o que viriam cá ver os turistas? Um dos nossos maiores problemas é não termos capitalistas. Desde logo porque temos um país muito endividado, também no sector privado. Não há capacidade de alavancagem para ir buscar dinheiro emprestado e pô-lo à disposição do capital nacional.

**Continua a haver uma certa estigmatização do capital...**

Os portugueses saíram de muitas empresas, nas participações que alienaram. Entraram milhões. E onde está hoje esse dinheiro? O que foi feito do capital? Não sei, sinceramente. Mas não ouço nenhum discurso a incentivar o investimento de capital privado português. Depois ficamos admirados porque são só os estrangeiros a comprar as coisas. Onde estão os accionistas portugueses que queiram agora tomar posição num banco em posição de venda? Não apareceram, não aparecem. O Novo Banco vendeu-se: onde estive-ram os portugueses?

**Temos capacidade para atrair mais investimento de qualidade?**

Temos de criar um bom clima de atracção do investimento, não apenas com base nas taxas favoráveis de tributação do capital. Repare no caso da Autoeuropa:



quando vimos aquele braço-de-ferro entre os trabalhadores e a administração, não estavam ali em causa os impostos sobre os lucros. O que atrai as empresas estrangeiras a Portugal são vários factores – no fundo, trata-se de um pacote que deve ser oferecido genericamente. Se as pessoas se sentirem bem-vindas, virão. Caso contrário, vão embora, mesmo que vejam reduzida a tributação do IRC. É muito importante haver essa atmosfera de cooperação.

**Se compararmos o nosso IRC com o que vigora na Irlanda, por exemplo, percebemos que eles têm vantagens competitivas.**

Sim, têm grandes vantagens. Desde logo a de falarem inglês: têm uma população muito jovem, muito educada. Mas nós temos uma população jovem que também sabe falar inglês e é muito dada às tecnologias, facilmente digitalizada. Por essa via temos boas condições. Mas repito: isto deve funcionar em pacote. Não basta olhar para o IRC. Até pode ser um pouco superior por cá, mas se tivermos um ambiente favorável aos negócios, com boas infraestruturas – estradas, portos, comunicações – e um clima de acolhimento a novos eventos, isso também é muito importante.

**Analisando os dados macroeconómicos dos anos mais recentes, verificamos uma evolução favorável, excepto na dívida – mantemos a terceira maior dívida**

## «Há muita iliteracia financeira em Portugal»

Os portugueses habituaram-se a vê-lo descodificar questões financeiras na televisão. É matéria em que se sente muito à-vontade.

João Luís Correia Duque tem 54 anos, é professor catedrático de Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão, de Lisboa, a que presidiu entre 2009 e 2012. Antes coordenou o gabinete de estudos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e lidera desde o ano passado a SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social -, em funcionamento ininterrupto desde 1970, o que a torna hoje a mais antiga associação cívica existente em Portugal. No Verão de 2018, assumiu igualmente funções como membro da Comissão de Fiscalização do Sporting. Actuou, também aqui, com espírito de militância cívica, contribuindo para regenerar o seu clube do coração após o turbulento consulado de Bruno de Carvalho.

Apesar dos progressos que temos registado em tantos capítulos do conhecimento, reconhece: «Há muita iliteracia financeira em Portugal. Coisas até ao nível mais básico – não saber calcular percentagens, por exemplo. Se perguntar qual é a percentagem de vinte em cem, muita gente não sabe dizer 20%. Não faltam pessoas que fazem um depósito de 35 mil euros a um juro de 5% sem saberem dizer quanto terão a mais ao fim de um ano. Se houver um erro do banco, nem sabem reclamar.»

## TEMA DE CAPA

### pública da União Europeia, sem termos aproveitado este período de relativa prosperidade no espaço comunitário.

A dívida pública portuguesa tem baixado, mas mantém-se elevadíssima. E vem decrescendo a um ritmo menor, nos anos mais recentes. Agora fez-se uma grande festa com o pagamento da dívida ao FMI. Mas porque não foi isso feito há mais tempo? Teríamos ganho muito mais. Ganhámos 100 milhões, mas se o pagamento tivesse ocorrido antes, teríamos ganho 200 ou 300 milhões. Houve outra prioridade: entregar dinheiro às pessoas. O que fizeram elas? Não pouparam, consumiram – e consumiram sobretudo produtos importados.

### O Banco de Portugal reviu em baixa as previsões para o nosso crescimento em 2019, prevenindo o aumento do PIB em 1,8%, enquanto o Governo antevê um crescimento económico de 2,2%. Surpreende-o?

Não. O nosso crescimento, quando se retira o efeito das exportações e o analisamos por agregados, cresce sempre muito pouco acima de 1% só por efeito da procura interna. A diferença para os 2,7% registados em 2017 assenta na procura externa – essencial-

mente nas exportações. Só isso é que tem provocado a verdadeira diferença.

Temos uma economia cada vez mais aberta, o que é bom. Mas, no âmbito do Estado, devemos fazer um esforço muito grande para dizer claramente aos portugueses aquilo que é possível e o que não é possível fazer ao nível da saúde e pensões de reforma. Sem ambiguidades. É preciso dizer-lhes o que pode ocorrer em Portugal nas próximas décadas.

Ao nível da actividade privada, devemos procurar ganhos fortes de produtividade. Deve haver políticas públicas de incentivo à produtividade, de incentivo aos bons exemplos e às boas práticas neste domínio. Tem de haver uma lógica de investimento orientada para a agregação de valor, para o aumento da cadeia de valor “per capita”, para o aumento real da produtividade. Com o sarilho populacional que temos, só há uma hipótese imediata: aqueles que estão a trabalhar devem ser muito mais produtivos. Para isso há que seguir as melhores práticas.

O caso do calçado, neste aspecto, tem sido paradigmático: deixámos a competição do chinelo para os chineses, ninguém faz mais barato do que eles. Inves-

timos em design, em linha, em qualidade – e o preço do sapato exportado por unidade cresceu imenso. Não houve greves no sector, que soube reconfigurar-se e adaptar-se. Por outro lado, registou-se a unificação das associações empresariais: sectores só com uma associação empresarial têm, em regra, mais sucesso porque conseguem orientar uma estratégia comum bem delineada para o sector, potenciando a cadeia de valor.

**«O imposto sobre o consumo de combustíveis é muito penalizante para a classe média-baixa, que vive usualmente fora das grandes cidades e faz deslocações demoradas e dispendiosas por necessidade»**

### É uma questão de cultura empresarial?

Sim. Como refere o professor Rui Vinhas da Silva num livro muito interessante intitulado “Porque Não Cresce a Economia Portuguesa?”, não há nas nossas empresas cruzamento de informação com outros sectores. Os portugueses não procuram saber o que os outros estão a fazer bem. No fundo, isto acontece porque temos uma sociedade civil pouco activa e envolvemo-nos pouco em associações cívicas. Este é outros dos nossos problemas.

### Qual é o imposto mais estúpido existente em Portugal?

Sem dúvida, o IMT [Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis]. O António Guterres dizia que a sisa era o imposto mais estúpido. Para mim, agora, este é igual.

### Porquê?

Imagine um daqueles carros que custam 500 mil ou 700 mil euros – um preço absurdo para a bolsa de qualquer de nós. A transacção no mercado secundário entre particulares de um carro desses, que vale muito mais do que a sua casa ou a minha, implica apenas um

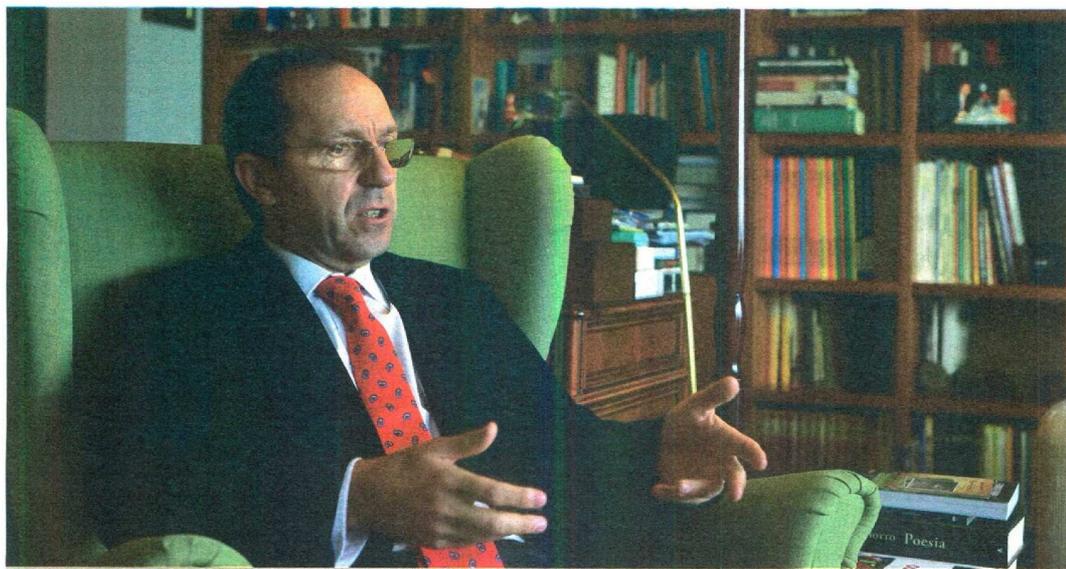
pagamento quase simbólico na conservatória do registo automóvel, menos de cem euros. Mas se quisermos transaccionar uma casa, por termos absoluta necessidade dela, pagamos muito mais. A ideia é que o imóvel beneficia de acessos, de infraestruturas, de segurança, da limpeza das ruas – enfim, uma série de serviços públicos. Há alguma lógica, a meu ver, no imposto sobre o rendimento explícito ou implícito de uma casa. Mas não na transacção dessa casa.

### Se fosse ministro das Finanças, qual seria a sua prioridade?

Tentar acabar com o IMT, precisamente. Porque daria uma dinâmica enorme à sociedade. Quantas pessoas não abdicam de trocar de casa por causa deste imposto? Umam vivem em casas grandes de mais para a dimensão que necessitam, outras têm casas demasiado pequenas para aquilo de que precisam. Se as pessoas trocassem mais de casa, isso também as estimularia a mudarem de cidade, fomentando a mobilidade social.

### Como professor, qual é a primeira lição que costuma transmitir aos seus alunos?

A primeira lição que damos em finanças tem a ver com o valor do dinheiro no tempo. Começo sempre por explicar aos meus alunos que cem euros hoje não são a mesma coisa que cem euros amanhã. E que existem muitas maneiras de enganar as pessoas com base nisso. Depois, falo-lhes no conceito de diversificação de mercados financeiros e produtos financeiros – ou seja, na importância do investimento diversificado, que serve muito para a vida. Até para ajudar os jovens a planearem a sua reforma, provavelmente porque não haverá dinheiro para as pensões de reforma, aos níveis actuais, nas décadas que vão seguir-se. Há que saber gerir as nossas finanças privadas para não chegarmos miseráveis ao fim da vida. E há que propor às instituições financeiras para desenvolverem produtos adequados às necessidades dos portugueses. ●



● «Alguns impostos indirectos são cegos: não é por eu ser mais rico que como mais pão do que um pobre.»